

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 106

Data 28 de Junho de 1975

Pg.:

Cimi decide apoiar a luta dos índios em defesa da terra

Do correspondente em
GOIANZA

A Assembléia Indigenista, reunida em Goiânia por três dias, decidiu ontem, ao seu encerramento, que a Igreja Missionária estabelecerá, como linha de ação, o apoio decidido e eficaz em todos os níveis ao direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de suas terras, "uma vez que eles são os proprietários originários e parte integrante da mesma terra".

Tendo eleito dom Thomaz Balduino como novo presidente do Conselho Indigenista Missionário, a Assembléia decidiu ainda procurar, por todos os meios, devolver aos povos indígenas o direito de serem "sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento" e chamar a atenção da Igreja para que "reflita sobre sua aliança com os poderosos, optando real e eficazmente pelos oprimidos e marginalizados".

Um programa de ação de 7 pontos foi aprovado ontem pela Assembléia, ao final dos debates, para nortear a conduta da Igreja Missionária. Os 7 pontos são os seguintes:

1. **Terra** — Apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, nos termos do artigo 11 da Convenção 107 da OIT, uma vez que eles são os proprietários originários e parte integrante da mesma terra. Terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio-econômica.

2. **Cultura** — Reconhecer, respeitar e apoiar abertamente o direito que têm os povos indígenas de viver segundo sua cultura (Estatuto do Índio, artigo primeiro). De modo especial, animar os grupos em processo de desintegração para que revitalizem sua cultura.

3. **Autodeterminação** — Procurar por todos os meios devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento. Reconhecer que, como pessoas e como povo, são e de-

vem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria História. Consequentemente, qualquer organismo, religioso ou civil, que considere o índio ou grupo indígena como propriedade ou objeto de manipulação, atenta contra os direitos fundamentais da população indígena.

4. **Encarnação** — Seguindo os passos do Cristo, optar seriamente, como pessoas e como Igreja, por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas consequências; superando as formas de etnocentrismo e colonialismo até o ponto de ser aceito como um deles.

5. **Conscientização** — Assumir como nossa tarefa principal trabalhar numa conscientização sistemática:

5.1 — Para que a Igreja reflita sobre sua aliança com os poderosos, optando real e eficazmente pelos oprimidos e marginalizados;

5.2 — Para que os povos indígenas conheçam e façam respeitar todos os seus direitos, e também para que se informem devidamente dos justos deveres para com outras sociedades;

5.3 — Para que a sociedade envolvente e, de modo especial, o governo, caminhem para estruturas sociais mais justas e cristãs.

6. **Pastoral Global** — Conduzir a pastoral indigenista em nosso País dentro da missão que a Igreja latino-americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje, de exprimir e encarnar o apelo dos oprimidos e marginalizados, superando nossos individualismos de igrejas e congregações e buscando conjuntamente a união e coordenação de todos os esforços por uma ação global libertadora.

7. **Conclusão** — Ao aprovar estas linhas de ação, cremos proporcionar uma alternativa ao único modelo socio-econômico e religioso da sociedade nacional, garantindo assim um Brasil mais justo e pluralista".